

Respostas ao ANEXO II.

1.a OBJETIVOS

1. a. a. O objetivo central do programa é o atendimento à crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, mais especificamente os que se encontram em situação de rua, ou seja, os que ainda possuem vínculos familiares e os que já perderam a referência da família completamente.
 1. a. b. Trabalhar com as famílias destas crianças e adolescentes ou família substituta, objetivando o reatamento dos vínculos familiares e o retorno para a escola.
 1. a. c. Interferir no senso comum, produzindo uma mudança cultural na forma de pensar e agir em relação à essas crianças e adolescentes, produzindo uma mudança na forma de olhar e perceber que são crianças ou adolescentes e não “pobres coitados” ou “bandidos”, que se encontram com seus direitos negligenciados e que, portanto, precisam do apoio da comunidade e do poder público.
 1. a. d. Envolver diferentes atores sociais no trabalho, sedimentando a proposta e ainda atraindo a comunidade, para que atuem, de forma consciente e participativa, investindo na sustentação e continuidade do Programa.
 1. a. e. Atuar regionalmente, através do Movimento Regional Criança Prioridade 1, estimulando e apoiando a criação de projetos / programas que atendam este público e encaminhar as questões relativas à criança e adolescente em situação de risco que circulam pelos 7 municípios do ABC e a Capital.

1. b. METAS

1. b. a. Organizar, estruturar e fortalecer a rede de atendimento às crianças e adolescentes do município para atenderem as demandas do programa e realizarem ações “preventivas” reduzindo o número de crianças e adolescentes que vão para as ruas do município em busca da sobrevivência.
1. b. b. Estruturar e ampliar o trabalho com as famílias, oferecendo as mesmas acompanhamento nas áreas de saúde, educação, geração de renda e emprego, renda mínima, entre outros, objetivando o reatamento dos vínculos com seus filhos.
1. b. c. Garantir aos adolescentes atividades de formação para o trabalho, de geração de renda, escolarização e atendimento na área de saúde, proporcionando-lhes assim condições psicológicas e intelectuais visando a autossustentação dos mesmos, a autonomia e a inserção na sociedade de uma forma sadia e plena.
1. b. d. Estruturar uma ação junto às meninas que se encontram exploradas sexualmente mais específica, do que estamos atuando no momento.
1. b. d. articulação em âmbito Regional.

2. a. OPERACIONALIZAÇÃO

2. a. O programa conta com uma equipe de 12 Educadores Sociais que dioturnamente saem às ruas desenvolvendo atividades lúdicas, esportivas e pedagógicas, atraindo diversas crianças e adolescentes, estabelecendo um primeiro contato e formando vínculos com os mesmos. Essa ação está baseada em dois princípios básicos: o Princípio Ético, onde o educador está basicamente preocupado com a pessoa e seu desenvolvimento, reconhecendo no(a) mesmo(a) um sujeito de direitos, respeitando o indivíduo, investindo na sua autonomia (e não fazendo para ele) e na sua capacidade de escolha. Outra questão importante é escutar e entender seus anseios, medos e desejos afim de ir construindo a saída da rua; o Princípio da Estética, onde o educador desenvolve ações objetivando o resgate da auto estima, da sua dignidade, da sua capacidade de aprender, produzir e se relacionar com a comunidade. Portanto o olhar do Educador sempre está voltado para as necessidades relacionadas às áreas de saúde, cultura, esporte, lazer, geração de renda, etc.
- As atividades - que começam na rua de forma simples e integradora - aos poucos vão sendo problematizadas e se encaminhando para outros espaços que não a rua. Vale lembrar que esses

espaços são desenvolvidos em parcerias com a rede pública de saúde (que em 1998 criou um centro de tratamento psicossocial para dependentes químicos), a Secretaria de Educação (que contrata os Educadores e Oficineiros, além de colaborar com o trabalho de retorno para a escola e oferece seus cursos de Formação para o Trabalho), a Secretaria de Serviços Municipais (que disponibiliza seus cursos de horta e jardinagem e uma oficina de geração de renda que realiza reciclagem de papel e papelão), a Secretaria de Administração (que colabora no processo de contratação do pessoal e disponibiliza duas Kombis, um Motorista e um Guarda Municipal), a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (que abre espaço em suas atividades culturais e os centros comunitários para recreação e oficinas), a Entidade JEDA (que faz o atendimento dia, oferecendo higienização, alimentação e atividades), a Comunidade Kolping (que coordena dois abrigos - um para meninos e outro para meninas) e o CRAMI (que faz atendimento psicológico). Através do setor de Captação de recursos foi possível estabelecer parcerias e receber apoio financeiro de algumas empresas locais, como a Pirelli (que disponibiliza seu Clube, onde as crianças participam das atividades esportivas e lúdicas lá desenvolvidas), a C&A (que fornece roupas e o trabalho voluntário realizado pelos funcionários), a Tororó Habitação (que está construindo um Centro de Atividades para o Programa), a Estapark (que repassa 90% do lucro líquido obtido no controle dos estacionamentos rotativos espalhados pela cidade) entre outras. Durante o processo de envolvimento da criança ou do adolescente nessas atividades, vamos construindo sua história, buscando o conhecimento integral daquela pessoa e de seus familiares, levantando os motivos que o levaram para a rua, suas principais atividades na rua, seus sonhos, desejos... Ao mesmo tempo o menino(a), vai conhecendo o trabalho e percebendo nossas intenções para com ele(a). A medida que esta relação vai se aprofundando, os educadores vão se aproximando da família, conhecendo suas dificuldades em mante-lo(a) em casa, realizando encaminhamentos dos familiares para as áreas de saúde, formação para o trabalho, auxílio financeiro, buscando o fortalecimento da mesma e produzindo assim o reatamento dos vínculos familiares. Quando não é possível esse retorno utilizamos os abrigos como forma de moradia provisória até que se possa dar outro encaminhamento. Enquanto a Criança ou Adolescente está no abrigo, continua participando das atividades e/ou de tratamentos de saúde quando necessários e aos poucos vai se promovendo seu retorno à escola.

3. a. O público alvo são crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, prioritariamente os que buscam a sobrevivência na rua ou aqueles que utilizam a rua como espaço de moradia . Com isso, conseqüentemente, suas famílias também são vistas como alvo do trabalho desenvolvido. O Programa já atendeu desde o início 115 crianças e 338 adolescente, num total de 453 crianças e adolescentes. Esta população é muito flutuante, mas temos uma média de 90 crianças e/ou adolescentes participando do programa, sendo que no mês de março foram 45 crianças e 127 adolescentes, o que representa 95% da demanda no período. A participação no programa se dá à medida que os vínculos entre o educador e o educando vão se aprofundando e um leque de possibilidades lhes é apresentado, possibilitando-lhes o engajamento nas atividades que desejarem (o que é exigido). Prioritariamente trabalhamos com a criança de rua que é facilmente identificada pelos Educadores. Porém não existe um critério de seleção rígido, todos os casos que aparecem, são atendidos (mesmo não sendo público alvo do Programa, há um encaminhamento).

4.a. VALORES GASTOS

4. a. a Repasse do FMAS a Entidade JEDA - (S. C. A. S.)	R\$	37.800,00
4. a. b Repasse do FMAS a Entidade Kolping (S.C.A.S.)	R\$	168.000,00
*4. a. c. Manutenção e pessoal do CAPS – DQ (Secretaria de Saúde)	R\$	535.134,12
4. a. d. Salário dos 12 Educadores Sociais (Secretaria de Educação)	R\$	205.288,00
*4. a. e. Salário dos 3 Oficineiros (Secretaria de Educação)	R\$	60.060,00
*4. a. f. Previsão de Despesas gerais (S. C. A. S.)	R\$	140.000,00
*4. a. g. G.M, Motorista e desp. com Kombi (Secretaria de ADM.)	R\$	147.889,20

*4. a f. Oficina de Reciclagem (Secretaria de Serviços Municipais) R\$ 26.600,00
*4. a. h. Atividade na Pirelli (Esporte Clube Pirelli R\$ 14.400,00
* **TOTAL DE GASTOS POR ANO R\$ 1.335.171,32**

*** ESTES VALORES SÃO APROXIMADOS.**

5.a. PESSOAL

5. a. 1. Prefeitura Municipal de Santo Santo André: 1 Motorista; 1 Guarda Municipal; 12 Educadores Sociais; 5 Oficineiros; 15 Técnicos da área de Saúde, 1 Assistente Social, 1 Coordenador do Programa, 1 Assessora, 1 Psicóloga; (Total de 38 Funcionários Públicos)

5. a. 2. Comunidade Kolping (dois Abrigos) 1 Psicólogo, 1 Pedagogo, 3 ajudantes gerais, 3 cozinheiras, 8 Educadores (Total de 16 funcionários).

5. a. 3. JEDA: 1 Psicóloga, 1 Assistente Social e 3 Oficineiros (Total de 4 funcionários)

5. a. 4 Esporte Clube Pirelli (3 Oficineiros). Oficina de Reciclagem (2 Oficineiros)

5. a 5. O total de pessoal envolvido diretamente no trabalho é de 63 funcionários.

6. a **PARCERIAS** - Esta questão já foi respondida no item de resposta 2

7. a. ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO ALVO

7. a. 1. Como especificamos nos objetivos, existe um investimento no Protagonismo dos atendidos, nesse sentido, as crianças e adolescentes tem espaços de assembléia em todos os equipamentos, onde se conversa de todas as questões que são apresentadas pelos mesmos, ouvindo as críticas e sugestões e encaminhando conjuntamente. Outra questão é que os Educadores na medida do possível, não fazem para eles, mas sim indicam o caminho e orientam, motivando os adolescentes a buscarem a realização de seus desejos, possibilitando assim uma maior adesão a todas as atividades proporcionadas pelo programa.

7. b. ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

7. b. 1. Pessoa Física: Recebemos diariamente solicitação de diversas pessoas que se propõe a colaborar com o programa oferecendo seus conhecimentos técnicos, como o caso de Dentistas, Médicos, Professores, Artistas, entre outros.

7. b. 2. Pessoa Jurídica: Existe no ABC uma campanha de massa regional que objetiva captação do 1% do imposto de renda devido para os Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do qual Santo André participa, além deste, vamos até os empresários mostrar o que estamos fazendo e oferecer um cardápio de possibilidades que o mesmo pode contribuir, o que tem dado bons resultados.

7. b. 3. Os clubes, SESI, SENAI e Escolas de Samba, também são envolvidas e colaboram com o Programa oferecendo seus espaços, equipamentos ou cursos e divulgação para as empresas do 1% do Imposto de Renda.

7. b. 4. Os Sindicatos e Associações, representantes dos Trabalhadores ou dos Empresários apoiam na divulgação do 1%, confecção de materiais de divulgação, doações de diversos produtos.

7. b. 5. Estamos atualmente organizando um grupo formado por Empresários, Entidades parceiras, Dirigentes de Clubes, Sindicatos e Associações, com o objetivo de transformar no grupo operador do Programa.

8. a. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

8. a. a. Em Abril de 1997 a Assessoria dos Direitos da Criança e do Adolescente iniciou a discussão interna, na Prefeitura sobre a possibilidade de criar um programa para atender a essa população. Para subsidiar esta discussão foi realizada uma pesquisa a distância, que possibilitou medir a demanda existente. Em Outubro de 1997 foi lançado oficialmente o Movimento Regional Criança Prioridade 1, onde, na ocasião os 7 Prefeitos da Região e o Governador do Estado assinaram um acordo que previa a criação de serviços municipais e regionais voltados para o atendimento de Crianças e Adolescentes em situação de risco, drogaditos e adolescentes em

conflito com a Lei, em setembro de 1997 o Prefeito Celso Daniel em reunião com o Secretariado decidiu criar Programa de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, sendo que no final de novembro conseguimos formatar, as parcerias iniciais, para o funcionamento dos Abrigos e o Atendimento dia, além do contrato dos 12 Educadores Sociais. O Programa foi lançado oficialmente em 10 de Dezembro de 1997. Para escrever o programa e orientar as linhas teóricas utilizamos como base os seguintes referenciais: os relatos de Makarenko na coleção Poemas Pedagógicos; Antônio Carlos Gomes da Costa, em sua experiência relatada no livro Aventura Pedagógica e Pedagogia da Presença; Experiência de desinstitucionalização promovida por Mario Tomazine em Parma na Itália; Experiências dos Projetos: Meninas e Meninos de Santos no período de 1989 à 1996, Projeto AXÉ e Projeto Travessia.

9. a. ETAPAS

9. a. a. A primeira etapa importante do processo foi a construção da proposta, realizada pela Secretaria de Cidadania e Ação Social e Amplamente discutido com todo o Secretariado da Prefeitura, onde as Secretarias foram se posicionando sobre o que poderia disponibilizar para viabilizar o programa.

9. a. b. A constituição do grupo operador, formado por representantes das diversas Secretarias envolvidas que discutem sistematicamente o Programa, suas dificuldades e soluções.

9. a. c. A contratação dos Oficineiros que colaboraram sobremaneira na realização da Oficina de Carnaval, que conseguiu num primeiro momento atrair dezenas de Crianças e Adolescentes, culminando na apresentação, realizada no domingo de Carnaval, em fevereiro 1998, abrindo o desfile das Escolas do primeiro grupo.

9. a. d. A definitiva aprovação do convênio entre o Fundo Municipal de Assistência Social e a Comunidade Kolping, que ocorreu em junho de 1998 e possibilitou melhorar a qualidade do atendimento.

9. a. e. A contratação de uma supervisora para acompanhar os trabalhos dos Educadores.

9. a. f. Criação do Centro de Apoio Psicossocial para dependentes químicos (CAPS-DQ) para atender as crianças e adolescentes envolvidas com uso de drogas, em setembro de 1998.

9. a. g. Assinatura do contrato de cooperação mútua entre a Prefeitura e o Esporte Clube Pirelli, em outubro de 1998, que possibilitou a participação de dezenas de Crianças e Adolescentes nas atividades lá desenvolvidas.

9. a. h. A aprovação na Câmara Municipal da construção do Centro de Atividades do Programa (agosto de 1998).

9. a. i. A estruturação da Oficina de Reciclagem que possibilitou uma renda para 15 adolescentes que dela participam (outubro de 1998).

9. a. j. A formação da Equipe de Coordenação, formada pelos coordenadores das várias equipes de trabalho do Órgão Público e das Parcerias.

9. a. k. A realização do primeiro seminário de Educação Social de Rua (Abril de 1999).

9. a. l. A primeira reunião de articulação dos projetos que atuam junto às crianças e adolescentes de rua criados na região do ABC (Projeto meninas e meninos de rua de SBC, Projeto Conexão de Mauá, Projeto Régua e Compasso de Diadema e o Programa Andrezinho Cidadão).

10. a. OBSTÁCULOS

10. a. a. O primeiro grande obstáculo enfrentado foi o início da parceria com os abrigos. A entidade não possuía convênio com o Fundo Municipal de Assistência Social, recebendo inicialmente um recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que não permitia a contratação do número necessário de Educadores. O recurso durou 3 meses, que era o tempo previsto para concretizar o repasse do Fundo da Assistência, porém esse processo do CMAAS levou 6 meses em função de estar em fase de implantação. A saída foi contratar inicialmente uma equipe reduzida de funcionários, não muito qualificado em função da baixa remuneração. Resolvemos a questão de forma paliativa no primeiro momento apresentando um

novo projeto para o Conselho da Criança e do Adolescente e reforçamos o trabalho dos abrigos com o apoio dos Educadores de Rua. Após a aprovação do recurso no Fundo de Assistência os problemas financeiros foram sanados, a equipe ampliada e reformulada, possibilitou a contratação de dois técnicos que passaram a exercer o papel de coordenação obtendo um avanço significativo na melhoria da qualidade do atendimento.

10. a. b. O contrato dos Educadores Sociais foi realizado em caráter de emergência, pois esse cargo não existia na prefeitura. Após o primeiro ano do trabalho não foi mais possível renovar o contrato por questões legais e ainda não havia sido aprovado na Câmara a criação do Cargo, para proceder o Concurso. Após diversos estudos, conseguimos renovar o contrato da maioria do quadro através de uma parceria realizada entre a Prefeitura e a Fundação Educacional Santo André, (que tem como mantenedora a Prefeitura), realizando os contratos por mais um ano. O processo de criação do cargo está em andamento na Câmara Municipal, sendo que já foi aprovado em primeira sessão.

10. a. c. Entrosamento e entendimento entre os diversos profissionais envolvidos no programa (Motoristas, Guarda Municipal, Educadores de rua, Educadores dos Abrigos...), os diferentes órgãos (Conselho Tutelar, Conselho de Direitos, Vara da Infância e Juventude, Delegacias de Polícia, Polícia Militar), sem contar os comerciantes, a população em geral. Para desatar esse nó iniciamos promovendo momentos de vivência entre os diferentes atores envolvidos no programa e formação específica sobre o trabalho, onde foi possível escutar as queixas e dúvidas realizando encaminhamentos e esclarecimentos. Quanto a população em geral, temos divulgado ações e desenvolvido textos e debates nos espaços de mídia de massa, além de produzir materiais específicos de divulgação, (Panfletos, cartazes, audor) esclarecendo sobre o trabalho do programa além de abordagens a comerciantes e munícipes em geral quando necessário, realizadas pelos Educadores, nos momentos do trabalho na rua. Outra forma de esclarecer a população sobre o trabalho dos Educadores e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente foi através do Teatro, criamos o SHOW DA HORA que é uma atividade de teatro de rua, apresentado semanalmente e o texto aborda as questões do ECA e do Programa. É Evidente que todas estas ações, são contínuas e devem acompanhar toda a existência do Programa.

10. a. d. O principal obstáculo que ainda enfrentamos é o trabalho com a família. O Programa não possui um corpo técnico voltado exclusivamente para esta tarefa, dificultando o acompanhamento dos casos atendidos. Este obstáculo ainda persiste pelo fato da Prefeitura estar passando por dificuldades financeiras e impossibilitada de aumentar seu quadro de funcionários. Estamos encaminhando para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente um projeto de atendimento às famílias que passa pela contratação de técnicos, apoio psicológico, financeiro, entre outros.

11. a. b. DADOS

PERÍODO: DEZEMBRO DE 1997 À ABRIL DE 1999

1. NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELO PROGRAMA

	CRIANÇA	ADOLESCENTE	TOTAL
NA RUA	83	267	350
DE RUA	32	71	103
TOTAL	115	338	453

MÉDIA DE ATENDIMENTO: 90 CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MÊS

2. NÚMERO DE ATENDIMENTOS EFETUADOS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

	CRIANÇA	ADOLESCENTE	TOTAL
NA RUA	389	632	1021
DE RUA	174	218	392
TOTAL	563	850	1413

3. ENCAMINHAMENTOS NO PERÍODO

PARA:	CRIANÇA	ADOLESCENTE	TOTAL
FAMÍLIA	162	98	260

JEDA	6	65	71
C. ACOLHIDA	37	115	152
ABRIGO-LAR SÃO FRANCISCO/GERESIN	13	15	28
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - DQ	4	19	23
RECÂMBIO	19	20	39
CONSELHO TUTELAR	32	33	65
PONTO DE ÔNIBUS*	23	35	58
SOS - SP	31	42	73
SERVIÇOS MÉDICOS	76	63	139
VISITA DOMICILIAR	18	45	63
TOTAL	421	550	971

NEM TODAS AS CRIANÇAS/ADOLESCENTES CONTATADOS, TIVERAM NECESSARIAMENTE ALGUM TIPO DE ENCAMINHAMENTO. E OUTRAS TIVERAM MAIS DE UM ENCAMINHAMENTO

* CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO COLOCADAS NOS ÔNIBUS COM DESTINO ÀS SUAS CASAS.

4. ATIVIDADES REALIZADAS : NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS

	CRIANÇA	ADOLESCENTE	TOTAL
PIRELLI	23	200	223
PARQUES	32	61	93
OFICINA DE MÚSICA	55	130	185
OFICINA DE ARTES	85	104	189
OF. DE LITERATURA	27	56	83
OF. DE CARNAVAL	60	135	195
OF. DE ESPORTE	32	60	92
OF. DE BIUTERIA	-	20	20
OFICINA DE JOGOS	87	104	191
SHOPING/ CINEMA	16	68	84
CONTAR HISTÓRIAS	27	46	73
OF DE RECICLAGEM		30	30
TEATRO	40	53	93
SESC	64	290	354
ENC. MUN. DE CQ. E AD.	25	35	60
TOTAL	573	1362	1965(*)

(*) 453 CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPARAM MAIS DO QUE UMA VEZ DAS ATIVIDADES OFERECIDAS PELO PROGRAMA.

12. a. CONQUISTA

12. a. a. A primeira grande conquista foi a efetivação do Programa, que ganhou estatuto de Programa Matricial, integrando uma das Marcas do Governo

12. a. b. A segunda, porém não menos importante, foram os resultados que o programa vem obtendo. O fato de conseguirmos proporcionar para uma criança ou adolescente uma alternativa de sobrevivência diferente da rua e todas as conseqüências que esta condição provoca já é uma grande conquista, pensar que fomos responsáveis em garantir uma vida mais digna para centenas de crianças e adolescentes tenho a impressão que é a nossa mais importante conquista.

13. a. INOVAÇÕES

13. a. a. As principais inovações deste programa foram:

13. a. b. Marca de Governo - Este é um programa assumido pelo Governo como Marca, ou seja, como prioritário e portanto sua coordenação está ligada ao gabinete do Prefeito, proporcionando assim um maior envolvimento entre as diversas Secretarias do Governo e facilitando os trâmites burocráticos relativos a liberação de recursos, contratação de pessoal, entre outros.

13. a. c. Programa Matricial - Este por ser um programa matricial, participam dele diversas Secretarias, que disponibilizam seus espaços e inclusive verbas para o Programa. Essa forma de

organização é importante, pois o Programa acaba sendo mais barato, uma vez que não estamos criando novos serviços, a não ser os estritamente necessários e aproveitando de o que já existe, além de não estarmos segregando as crianças e adolescentes mas sim incluindo-os nos espaços da comunidade junto à outras crianças e adolescentes que não são da rua.

13. a. d. Parcerias - Este é um programa de Governo, porém envolve a sociedade de uma forma geral, principalmente formatando parcerias que viabilizam alguns espaços necessários para o atendimento como os Abrigos, (Comunidade Kolping) o espaço de atendimento dia, (JEDA) o Clube da Pirelli para o desenvolvimento de atividades esportivas e lúdicas; Empresas que contribuem com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou proporcionam uma atividade de formação para o trabalho e Geração de Renda; Temos também o envolvimento de profissionais liberais que disponibilizam horas do seu trabalho para atender os meninos e meninas do Programa como Dentistas, Médicos, Professores, Artistas, etc.

O que aparece de novo nessas parcerias é que toda atividade ou serviço desenvolvido em parceria é diretamente controlado e coordenado pelo Coordenador do Programa, através de reuniões sistemáticas vai corrigindo as falhas e dando a linha do trabalho, além do acompanhamento diário dos Educadores Sociais.

14. a. IMPACTO NA POBREZA

14. a. a. Avaliamos que o Programa tem um grande impacto na questão da pobreza, atendendo diretamente diversos casos que se encontram em situações de extrema miséria realizando diversos encaminhamento

14. a. b. O Programa também aponta as necessidades de atendimento, sendo que os dados levantados, mostram que o maior índice de procedência das crianças e adolescente são dos bairros onde a oferta de serviços sociais é muito pequena e insuficiente para a demanda, causando assim um impacto na realidade do local, onde a criança ou adolescente mora, que geralmente é um núcleo de favela e um bolsão de miséria.

15. a. IMPACTO NA CIDADANIA

15. a. a. Avaliamos que a medida que o Programa está se desenvolvendo, estamos criando um impacto social no sentido de garantir o direito dos adolescentes em conflito com a Lei, acompanhando o trabalho dos Policiais, Delegacias e Vara da Infância, garantindo a integridade do adolescente, o respeito a todos os seus direitos previstos no E.C.A. e produzindo assim uma mudança cultural na forma de lidar com os adolescentes nessas situações.

15. a. b. Trabalhamos junto às meninas que se encontram exploradas sexualmente ou na rua, orientando sobre questões relativas a saúde, proporcionando as mesmas outras alternativas de sobrevivência e orientando-as sobre seus direitos.

15. a. c. Investimos fortemente no Protagonismo das Crianças e Adolescentes atendidas, proporcionando-lhes espaços de conversa e produzindo um censo crítico a respeito de sua condição social e econômica, mostrando a eles o caminho para ele próprio buscar a solução de seus problemas, suas necessidades, realização de seus desejos, etc.

15. a. d. Outro importante impacto que avaliamos é na sociedade em geral, produzindo nesta, uma mudança significativa na forma de olhar estas crianças e adolescentes, produzindo uma mudança cultural e ainda proporcionando a diversos cidadão a oportunidade de participar mais diretamente do trabalho.

15. a. d. Através da criação do Programa causamos um impacto regional, provocando a iniciativa de diversas Prefeituras no intuito de criar um programa similar para atender esse público específico.

16. a. DEFICIÊNCIA DO PROGRAMA

16. a. a. A principal deficiência do Programa ainda se dá no acompanhamento das crianças e adolescentes que retornam para suas famílias. Após esse momento temos muitas dificuldades de

continuar acompanhando a criança ou adolescente e seus familiares de forma sistemática, o que acaba acontecendo pontualmente, com muita fragilidade.

EDSON ALEX ZITTEI

Coordenador do Programa Andrezinho Cidadão